

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC FACULDADE
DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

SORAIA KAROLINNE CASTRO SILVA

**ANÁLISE DOS INDICADORES AMBIENTAIS EM RELATÓRIOS DE
SUSTENTABILIDADE GRI G3.1, PUBLICADOS POR EMPRESAS QUE
COMPÕEM O ISE**

FORTALEZA

2013

SORAIA KAROLINNE CASTRO SILVA

**ANÁLISE DOS INDICADORES AMBIENTAIS EM RELATÓRIOS DE
SUSTENTABILIDADE GRI G3.1, PUBLICADOS POR EMPRESAS QUE
COMPÕEM O ISE**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dra. Marcelle Colares Oliveira

FORTALEZA

2013

SORAIA KAROLINNE CASTRO SILVA

**ANÁLISE DOS INDICADORES AMBIENTAIS EM RELATÓRIOS DE
SUSTENTABILIDADE GRI G3.1, PUBLICADOS POR EMPRESAS QUE
COMPÕEM O ISE**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dra. Marcelle Colares Oliveira

Aprovada em: 26/07/2013.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marcelle Colares Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Editinete André da Rocha Garcia, MSc
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Vera Maria Rodrigues Ponte
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me dá a inspiração e a determinação necessárias na busca de meus objetivos.

Aos professores do Departamento de Contabilidade da UFC, por participarem e contribuírem com minha formação acadêmica.

À Profa. Dra. Marcelle Colares Oliveira, pela criteriosa e imprescindível orientação.

Aos professores participantes da Banca examinadora pelas valiosas colaborações e sugestões.

A todos os outros professores que participaram na minha formação escolar e me mostraram como o aprendizado representa peça fundamental para o amadurecimento de um ser humano.

Aos meus pais, parentes e amigos, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

RESUMO

Para que seja afirmada a responsabilidade ambiental empregada por empresas em seus relatórios socioambientais, tendo em vista a necessidade de prestação de informações fidedignas e de interesse da sociedade em geral e dos *stakeholders*, esta pesquisa é feita com objetivo de é analisar o nível de aderência ao modelo GRI G3.1 e a qualidade dos Indicadores Ambientais divulgados nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas brasileiras que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) BM&FBovespa. Para isso, utilizou-se de uma pesquisa exploratória qualitativa e de caráter documental. Quanto aos dados desse estudo, constituído pelas respostas dadas pelas empresas aos Indicadores Ambientais, são analisados pelos métodos GAPIE e GEE. Constatou-se que a divulgação de Relatórios de Sustentabilidade nos moldes GRI apresenta uma aderência da sociedade corporativa ao *disclosure* voluntário ambiental, enquadrando-se como Divulgação Baseada na Discricionariedade ou Julgamento, o que demonstra a presença efetiva da Responsabilidade Social Corporativa no perfil das empresas do ISE 2013. Especificamente, os resultados obtidos através dos cálculos do GAPIE e do GEE mostram que o *disclosure* voluntário ambiental é considerado positivo no GAPIE e médio no GEE, levando-se em conta a média das empresas. Deve-se destacar que a pesquisa limita-se a análise apenas dos Indicadores Ambientais, nesse contexto os resultados dos cálculos de GEE e GAPIE não devem ser generalizados ao Relatório de Sustentabilidade como um todo.

Palavras-chave: Relatório de Sustentabilidade. Indicadores Ambientais. GRI. ISE. *Disclosure* Voluntário.

ABSTRACT

To be affirmed environmental responsibility employed by companies in Their environmental reports, taking into Consideration the need to Provide reliable information and the interest of society in general and the stakeholders, this research is done with the purpose of is to analyze the level of adherence to GRI G3.1 and quality of environmental indicators published in Sustainability Reporting of Brazilian companies make up the corporate Sustainability Index (ISE) BM&FBovespa. For this, we used an exploratory qualitative and documentary. About the data of this study, consist of the responses Given by companies to Environmental Indicators are Analyzed by methods GAPIE and GEE. It was found the disclosure of GRI Sustainability Reporting in molds has a grip of the corporate society disclosure environmental volunteer, framing the Dissemination Based on Discretion and Judgment, Which demonstrates the presence of effective Corporate Social Responsibility profile of companies in the ISE 2013. Specifically, the results Obtained from the calculations of GEE and GAPIE show disclosure Considered environmental volunteer is positive in GAPIE and medium in GEE, taking into account the average company. It Should be emphasized que research is limited to analysis only of Environmental Indicators in this context the results of calculations of GEE and GAPIE should not be generalized to the Sustainability Report as a whole.

Keywords: Sustainability Report; Environmental Indicators; GRI; ISE. Voluntary Disclosure

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Grau de Evidenciação Efetiva (GEE).

Gráfico 02 – Grau de Aderência Plena (GAPIE)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Nível de aplicação GRI G3.1

Quadro 2 - Indicadores Ambientais GRI G3.1

Quadro 3 - Carteira ISE – 2013

Quadro 4 - Empresas ISE que publicara RS GRI 2012

Quadro 5 - Base para Classificação das Informações

Quadro 6 - Níveis de Apresentação do GAPIE e do GEE

Quadro 7 - Indicadores ambientais essenciais GRI G3.1

Quadro 8 - Resumo da análise dos Indicadores Ambientais dos relatórios GRI

Quadro 9 - Grau de Evidenciação Efetiva (GEE)

Quadro 10 - Grau de Aderência Plena

LISTA DE SIGLAS

ADCE – Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas
AP – Aderência Parcial
APL – Aderência Plena
CDEIC - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
CERES - Coalizão por Economias Ambientalmente Responsáveis
D – Dúbio
EC – Indicadores de Desempenho Econômico
EN – Indicadores de Desempenho Ambiental
ESG - Questões ambientais, sociais e a governança corporativa
GAPIE – Grau de Aderência Plena
GEE – Grau de Evidenciação Efetiva
GRI – Global Reporting Initiative
HR – Direitos Humanos
I – Inconsistente
IA – Indicadores Ambientais
IBASE – o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IFC - International Finance Corporation
INEP - Programa das Nações Unidas
ISE - Índice De Sustentabilidade Empresarial
LA – Indicadores de Desempenho Social
NA – Não Aplicáveis
ND – Não Disponível
O – Omitidas
OJ – Omitidos com Justificativa
ONU - Organização das Nações Unidas
PR – Responsabilidade pelo Produto
PRI - Principles for Responsible Investment
RS – Relatório de Sustentabilidade
RSC - Responsabilidade Social Corporativa
SO – Sociedade
TDV - Teoria da Divulgação Voluntária
UNIAPAC - Union Internationale Chrétienne des Dirigeants d'Entreprise

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1.	Responsabilidade Social Corporativa (RSC).....	13
2.2.	Teoria da Divulgação Voluntária (TDV).....	14
2.3.	Relatórios de Sustentabilidade no Brasil e no Mundo.....	16
2.3.1.	<i>Evolução Histórica</i>	17
2.3.2.	<i>Iniciativas Nacionais de Incentivo à Divulgação de Relatórios de Sustentabilidade</i>	18
2.3.2.1.	<i>INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE)</i>	19
2.3.2.2.	<i>ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)</i>	20
2.3.3.	<i>Iniciativas Mundiais de Incentivo à Divulgação de Relatórios de Sustentabilidade</i>	22
2.3.3.1.	<i>AÇÕES DA ONU</i>	23
2.3.3.2.	<i>RIO +20</i>	24
2.3.3.3.	<i>PRINCIPLES FOR RESPONSIBLE INVESTMENT (PRI)</i>	25
2.3.3.4.	<i>GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)</i>	26
2.4.	Modelo GRI G3.1.....	27
2.4.1.	<i>Uma Ênfase nos Indicadores Ambientais</i>	30
3.	METODOLOGIA.....	33
4.	ANÁLISE DA QUALIDADE DOS INDICADORES AMBIENTAIS E DO NÍVEL DE ADERÊNCIA AO MODELO GRI.....	38
4.1.	Análise da Qualidade dos IA Divulgados pelas Empresas que Compõem o ISE, em relação ao Modelo GRI	49
4.2.	Análise do Nível de Aderência das Empresas que Compõem o ISE ao Relatório GRI.....	42
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

A sociedade em geral e *stakeholder*, caminham em busca de atitudes sustentáveis e exigem cada vez mais das empresas medidas acerca de questões socioambientais, que devem ir além das obrigações legais.

Segundo Figlioli (2012), o conceito de sustentabilidade não é mais uma novidade mundial desde a elaboração do documento “Nosso Futuro Comum”, ou relatório *Brundtland*, elaborado em 1987, pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, que define o desenvolvimento sustentável como a prática que atende às necessidades do presente, sem impedir que no futuro as gerações possam atender às suas próprias necessidades.

Tendo isso em vista, uma série de medidas vem sendo tomadas por instituições do mundo todo, incentivando as sociedades corporativas a aderirem progressivamente a uma postura sustentável e a divulgarem aos usuários externo informações sobre sua sustentabilidade.

Pode-se destacar, dentre as mais importantes instituições motivadoras de postura sustentável, a GRI (*Global Reporting Initiative*), que propõe diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. A GRI é composta por indivíduos e organizações distribuídos em mais de 30 países, com sede em Amsterdã (GRI, 2013).

No Brasil a elaboração de relatórios de sustentabilidade ainda não é obrigatória, mas o número de divulgações aumenta consideravelmente a cada ano, motivado não só por instituições internacionais, como a GRI e a ONU, mas também por instituições nacionais, como o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), o ETHOS (Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social) e a BM&FBovespa, estando entre os seis países que mais divulgam no mundo.

Demonstrando cada vez mais aderência à realidade do desenvolvimento sustentável, em 2012 foi realizado no Brasil a Conferência Mundial de Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, onde foi elaborado um documento que aborda o tema sustentabilidade e nele pode-se destacar o parágrafo 47, que reconhece a importância do relato da sustentabilidade corporativa e motiva as empresas, especialmente as que são listadas em Bolsa ou que possuem um faturamento relevante, a considerarem o reporte das informações socioambientais no seu ciclo de divulgação de informações financeiras.

Observa-se então, que entidades empresariais têm o interesse e incentivo crescente na elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade, tanto para melhorar a imagem frente à sociedade e aos *stakeholders*, quanto para diminuir seus custos de produção e impactos ambientais.

Entretanto, a falta de obrigatoriedade legal e de unanimidade, acerca do conteúdo, traz à tona a discussão acerca da aderência dos relatórios publicados às diretrizes do modelo que se propõem utilizar e à qualidade do relato.

Diante do exposto estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa: qual o nível de aderência ao modelo GRI G3.1 e a qualidade dos Indicadores Ambientais divulgados nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)?

O objetivo geral do estudo é analisar o nível de aderência ao modelo GRI G3.1 e a qualidade dos Indicadores Ambientais divulgados nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas brasileiras que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) BM&FBovespa.

Para que se entenda o objetivo geral do trabalho, os seguintes objetivos específicos são desenvolvidos:

- A) Relatar sobre iniciativas nacionais e internacionais que incentivam e regulam acerca da evidenciação de Relatórios de Sustentabilidade;
- B) Apresentar e discutir o conteúdo do relatório de sustentabilidade recomendado por essas entidades;
- C) Fazer um levantamento das empresas ISE que divulgaram Relatórios de Sustentabilidade e o modelo de relatório por elas adotado; e
- D) Analisar o relatório de sustentabilidade das empresas pertencentes ao ISE que seguem o modelo GRI, destacando se os Indicadores Ambientais divulgados atendem às recomendações da GRI G3.1.

Este trabalho justifica-se por uma tendência global, com expansão contínua, que acredita que as questões ambientais e sociais não são apenas responsabilidade do governo e da população, mas também das entidades empresariais, usuárias de recursos naturais e da mão de obra humana.

Tendo isso em vista, a elaboração dessa pesquisa torna-se essencial, uma vez que é reconhecida a importância da divulgação da sustentabilidade das empresas, mas também, deve-se analisar a qualidade das informações prestadas aos usuários.

Referente à metodologia de pesquisa, quanto aos objetivos, o estudo caracteriza-se como exploratório, por identificar, analisar e tornar mais amplo o conhecimento das características dos Relatórios de Sustentabilidade, além de verificar a qualidade dos Indicadores Ambientais divulgados.

Quanto aos procedimentos, pode-se enquadrar como documental, por fazer uso de material não tratado de forma analítica (GIL, 2002).

Sua natureza é qualitativa, por fazer uma análise profunda do conteúdo estudado (BEUREN, 2008), destacando características dos RS analisados, como: modelo adotado, nível GRI e qualidade dos Indicadores Ambientais divulgados e atendidos.

A população da pesquisa é composta pelas empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), em 2013, o que corresponde a 37 empresas.

Para ser desenvolvido de forma satisfatória e para ter todos os seus objetivos atingidos, este trabalho foi dividido em cinco seções, sendo a introdução a primeira delas, com uma breve abordagem sobre o tema pesquisado, e com a apresentação do problema e objetivos, além da apresentação da metodologia utilizada.

A segunda seção é o Referencial Teórico, que se divide em quatro tópicos. O primeiro embasa a pesquisa sob a perspectiva da responsabilidade social corporativa, Já o segundo aborda sobre o *disclosure* voluntário.

O terceiro tópico mostra a evolução do balanço social no Brasil e no mundo, apontando as principais iniciativas de motivação e evolução dos relatórios de sustentabilidade. Já o quarto tópico apresenta o modelo GRI G3.1 de forma mais detalhada, apresentando seu conceito e conteúdo do relatório.

A terceira seção explica a metodologia adotada na elaboração da pesquisa e na seção quatro faz-se uma análise da qualidade dos Relatórios de Sustentabilidade e do grau de aderência ao modelo GRI G3.1, por empresas que compõem a carteira ISE.

Na quinta e última seção, são apresentadas as considerações finais sobre o conteúdo analisado.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

Motivadas pelas exigências de *stakeholders*, cada vez mais conscientes, corporações passaram a ter responsabilidade não só sobre questões relativas à geração de riqueza, mas também sobre a sociedade, o meio-ambiente e a economia, tendo em vista que, as atividades empresariais, paralelamente à gestão e serviço público, têm se mostrado cada vez mais influentes no desenvolvimento da sociedade.

Responsabilidade Social Corporativa é uma forma de conduzir os negócios, o que torna a empresa parceira e coresponsável pelo desenvolvimento social. Uma empresa socialmente responsável tem capacidade de ouvir e incorporar as necessidades das partes relacionadas no desenvolvimento de suas atividades, fazendo com que sua responsabilidade ultrapasse os limites de produção (ETHOS, 2013).

Para Clifton e Amran (2011, apud FIGLIOLI, 2012), a Responsabilidade Social Corporativa pode ser entendida como o comprometimento com o bem-estar, o progresso e a justiça social tanto dentro quanto fora da organização empresarial.

Paralelo à RSC, o Relatório de Sustentabilidade é um instrumento de demonstração das atividades empresariais, que tem por finalidade dar maior transparência e visibilidade às informações.

Através do Relatório de Sustentabilidade, é demonstrado um conjunto de informações e de indicadores das ações e investimentos realizados pelas empresas no cumprimento da sua função social junto à comunidade, governo e funcionários.

Dessa forma, observa-se uma relação entre a divulgação de Relatórios de Sustentabilidade e a Responsabilidade Social Corporativa, pois a divulgação, mesmo não obrigatória no Brasil, é feita por empresas com objetivo de demonstrar aos *stakeholders* e demais interessados de que forma a responsabilidade social está sendo desenvolvida dentro e fora da entidade empresarial.

Mais uma demonstração dessa correlação é o fato da sustentabilidade na sociedade empresarial ser definida como uma união de aspectos ambientais, sociais e econômicos de forma equilibrada e contínua, ou seja, seguindo o *Triple Bottom*

Line da sustentabilidade, proposto por Elkington (1998, apud CIRELLI E KASSAI, 2009).

Para Nogueira e Feria (2012, p. 06),

A dimensão econômica prevê que as empresas sejam economicamente viáveis. Os aspectos sociais contemplam que as empresas devam proporcionar as melhores condições de trabalho aos seus funcionários. Outro ponto que deve ser salientado é a participação ativa dos líderes empresariais nas atividades socioculturais das comunidades onde atuam suas unidades produtivas. Já na dimensão ambiental, as empresas devem prezar pela eco-eficiência de seus processos, buscando o desenvolvimento de uma cultura organizacional, adotando uma postura de responsabilidade socioambiental.

Daher (2006) observa o crescimento da RSC como consequência do crescente aumento da competitividade corporativa e cobrança mundial por ações empresariais sustentáveis, onde gestores veem hoje a responsabilidade social como ponto imperativo para gerar vantagem frente às demais empresas, com intuito de sempre aumentar a riqueza dos *stakeholders*, demonstrando esse movimento através da divulgação de Relatórios de Sustentabilidade.

2.2 Teoria da Divulgação Voluntária (TDV)

Segundo Rover et al. (2012), a Teoria da Divulgação surgiu nas décadas finais do século XX, em meados dos anos 80, como um campo de estudo positivista da contabilidade, e se baseia em ferramentas empíricas e modelos de análises oriundos da teoria econômica para explicar e prever a realidade, com intuito de analisar o fenômeno da divulgação de informações financeiras.

Os precursores desse estudo foram Verrecchia (1983) e Dye (1985), que tinham como objetivo explicar o fenômeno da divulgação de informações financeiras e analisar as consequências da divulgação, para, a partir dos resultados, observar como os efeitos econômicos motivavam uma empresa a divulgar informações de interesse dos *stakeholders* voluntariamente ou não (LIMA, 2009).

Para Salotti e Yamamoto (2008), a intenção da Teoria da Divulgação é explicar o fenômeno da divulgação de informações sob diversas perspectivas, por exemplo: determinar qual é o efeito da divulgação de demonstrações contábeis no preço das ações, explicar quais as razões econômicas para que determinada informação seja divulgada voluntariamente, entre outros.

Baseado nos estudos de Verrecchia apud Alencar (2007), a divulgação de uma informação para os *stakeholders* está relacionada ao custo financeiro que esta informação terá para a empresa, ou seja, antes de qualquer divulgação a empresa deve fazer uma análise para verificar os custos e benefícios que podem ser gerados.

Existe um custo associado ao processo de elaboração das informações voluntárias, diante disso, a empresa somente as divulgará se os benefícios gerados forem superiores aos custos da publicação (MAURÍCIO E SANTOS, 2009).

Verrecchia (apud BRAGA et al., 2010), após análises de diversos modelos de *disclosure*, propôs três categorias para as pesquisas em contabilidade sobre divulgação. Estas estão baseadas em Associação (*association-based disclosure*), Eficiência (*efficiency-based disclosure*) e Julgamento (*discretionary-based disclosure*).

As pesquisas efetuadas com base na divulgação baseada em Associação têm um caráter exógeno e buscam correlacionar a divulgação com o comportamento dos ativos e volume de negociação. Na categoria Eficiência se discute tipos de divulgações que promovem a eficiência da divulgação, ou seja, que reduza a assimetria informacional (OLEGÁRIO et al., 2013).

Cunha e Ribeiro (2008), explicam que a Teoria da Divulgação baseada em Julgamento (*discretionary-based disclosure*), investiga como as empresas exercem a escolha de divulgar ou não, informação da qual detêm conhecimento, sendo esta mais conhecida como Teoria da Divulgação Voluntária (DYE apud BRAGA et al, 2010).

De acordo com Conceição et al. (2012, p. 220), sobre a divulgação voluntária:

O processo de divulgação das informações torna-se ampliado na medida em que os gestores e empresas (*stakeholders* internos) percebem incentivos pela sua disponibilização, seja de natureza econômica (seletividade de investimentos) ou institucional (construção e valorização de marca e imagem institucional).

Para melhor embasar a finalidade desta pesquisa, faz-se uso da Teoria da Divulgação Voluntária, com objetivo de demonstrar que, apesar da não obrigatoriedade de divulgação de Relatórios de Sustentabilidade no Brasil, há uma inclinação mundial para divulgar esse tipo de demonstração, principalmente com o surgimento de um perfil de *stakeholder* socialmente engajado.

2.3 Relatórios de Sustentabilidade no Brasil e no Mundo

Para Cunha e Ribeiro (2008), o Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade é um instrumento informacional feito pelas empresas para a sociedade, dessa forma, deve justificar-se como um documento que prova que seu custo-benefício é positivo, pois agrega valor à economia e à sociedade, além de respeitar seus colaboradores e o meio-ambiente no processo produtivo.

O Balanço Social é utilizado pelas empresas para demonstrar, através de indicadores, o cumprimento de uma função social. Tais indicadores demonstram tanto a responsabilidade social corporativa e os investimentos nos empregados, quanto na comunidade onde está inserida (TORRES, 2001).

Conforme Sucupira (2001, p. 124),

“... fazer e publicar o balanço social é mudar aquela visão tradicional em que a empresa deveria tratar apenas de produzir e obter lucro, sem se preocupar com a satisfação de sua força de trabalho e com o ambiente externo, para uma visão moderna em que os objetivos da empresa incorporam sua responsabilidade social.”

Cunha e Ribeiro (2008) ressaltam que o Relatório de Sustentabilidade não pode ser tratado como um meio de dar publicidade ao fato de uma empresa ser boa no sentido social e econômico. Na verdade, deve ser tratado como um meio para verificar como uma empresa realmente é, por meio de avaliações claras e objetivas, nos diversos campos de atuação.

O Instituto Ethos (2013) declara que o Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade pode ser definido como,

“um documento anual produzido voluntariamente pela empresa após um esforço de “auditoria interna” para mapear seu grau de responsabilidade social. Essa “auditoria” busca entender a gestão do empreendimento e avaliá-la, segundo critérios ambientais, sociais e econômicos, nos diversos níveis: políticas de boa governança corporativa, valores, visão de futuro, avaliação de desempenho e desafios propostos”.

A seção a seguir aborda sobre os aspectos teóricos da presente pesquisa, no que tange à origem e desenvolvimento dos balanços sociais e relatórios de sustentabilidade, mostrando as principais motivações existentes para a elaboração, além de apresentar os modelos mais utilizados pelas entidades empresariais no Brasil e no mundo.

2.3.1 Evolução Histórica

Desde o início da vida humana, o homem colhe da natureza seus recursos para sobrevivência, assim como qualquer outro ser vivo. Com o passar dos séculos, o ser humano e a sociedade evoluíram, e paralelo a essa evolução a exploração do meio-ambiente também cresceu.

No século XVIII explodiu na Inglaterra a Revolução Industrial, que consistiu em um conjunto de mudanças tecnológicas, que ocasionaram grande impacto no processo produtivo fabril, o que fez com que muitas fábricas surgirem e pequenas fábricas se tornarem grandes, gerando mais emprego e renda à população.

Todo esse processo se expandiu pelo mundo, tornando cada vez maior e mais rápido o aumentando da população, das cidades, do consumo, das fábricas, das tecnologias e da utilização desenfreada de recursos naturais.

Segundo Ferreira (2003), mesmo com as preocupações ambientais tendo surgido em meados do século XIX, apenas no século XX, que a questão passou a ter repercussão na sociedade, tendo em vista que a responsabilidade era mundial e não apenas regional.

A ideia de elaboração de relatórios de sustentabilidade surgiu em meados da década de 60, com a publicação do documento *Mater et Magister*, que propunha que as empresas de dirigentes cristãos divulgassem relatórios sociais.

Baseados nesse documento, um grupo empresarial cristão, composto por dirigentes de diversos países e membros da Union Internationale Chrétienne des Dirigeants d'Entreprise (UNIAPAC), se organizou para demonstrar a responsabilidade social das empresas por meio da publicação de Balanço Social (RIBEIRO, 2005).

Paralelo a esse movimento, surgiu o Movimento Pacifista, organizado pela sociedade norte-americana contra a Guerra do Vietinã, que motivava o boicote a companhias que contribuía para a guerra. A sociedade exigia uma nova postura ética e diversas empresas passaram a prestar contas de suas ações e objetivos sociais (IBASE, 2013).

Em 1972, na França, aconteceu o que se considera um marco na história dos balanços sociais, a empresa Singer publicou o, assim chamado, primeiro Balanço Social da história das empresas.

Seguindo essa mesma vertente de conscientização e sistematização da responsabilidade social, em 12 de julho de 1977, foi aprovada na França a Lei 77.769, que tornava obrigatória a realização de Balanços Sociais periódicos, para empresas com mais de 700 funcionários, número que posteriormente caiu para 300 (BALANÇO SOCIAL, 2013).

Inicialmente o Balanço Social francês abrangia apenas temas sociais, mas com o tempo, passou a contemplar também temas ambientais, de cidadania e econômicos (RIBEIRO, 2005).

A partir de então, diversos movimentos mundiais se voltaram ao desenvolvimento do programa de divulgação de informação social, utilizado em cada país com finalidades diversas, se adequando às necessidades e peculiaridades de cada região (MARTIN, 2010).

2.3.2 Iniciativas Nacionais de Incentivo à Divulgação de Relatórios de Sustentabilidade

No Brasil, as primeiras discussões acerca de Responsabilidade Social surgiram trazidas pela UNIAPAC, denominada no país como Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (RIBEIRO, 2005).

A partir de então, a ADCE passou a promover diversas iniciativas de incentivo a elaboração de Balanço Social, e em 1984 a empresa Nitrofertil apresentou o primeiro Balanço Social publicado no Brasil, seguida pelo Sistema Telebras, que publicou em meados da década de 80, e pela Banespa, que publicou em 1992 (RIBEIRO, 2005).

Segundo Cunha e Ribeiro (2008), foi a partir do ano de 1997 que o debate sobre responsabilidade social tomou lugar na mídia e começou a gerar resultados. Diversas organizações começaram a trabalhar com o tema, realizando seminários, palestras e cursos sobre ética, responsabilidade social e ambiental e principalmente balanço social. O Departamento de Contabilidade e Atuária, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, é um dos maiores estimuladores do estudo na área social, desde os anos 1980.

Motivado pela popularização do tema e pelo interesse da população, em 1997, foi apresentado o Projeto de Lei nº 3.116, elaborado pelas deputadas Marta Suplicy, Sandra Starling e Maria da Conceição Tavares, que obrigava empresas

publicas, sociedades de economia mista e empresas privadas com mais de 100 funcionários a elaborar Balanço Social, além de apresentar dados sobre encargos, tributos, funcionários, faturamento e suas ações sociais (MARTIN, 2010).

O projeto foi arquivado antes de ser avaliado pelas comissões responsáveis em 01 de fevereiro de 1998. Já em 1999, o deputado Paulo Rocha (PT-BA) apresentou um Projeto de Lei sobre o mesmo tema, o 0032/99, que atualmente se encontra em tramitação na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara Federal, para apreciação (CUNHA E RIBEIRO, 2008).

A publicação de Relatórios de Sustentabilidade periodicamente ainda não é posta como obrigatória em nenhuma lei brasileira, embora muitas empresas, na maioria privadas, já publiquem seus Relatórios de Sustentabilidade.

Ainda nesse contexto, outras iniciativas de incentivo a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade surgiram no Brasil, e algumas das principais serão abordadas nos tópicos a seguir.

2.3.2.1 INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE)

Fundado em 1981, por Herbert de Sousa, o Betinho, entre outros, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) tem como finalidade radicalizar a democracia e afirmar uma cidadania ativa. Tendo suas iniciativas regidas pelos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, participação, diversidade e justiça socioambiental (IBASE, 2013).

Dentre os seus projetos pode-se destacar o de incentivo à elaboração do Balanço Social e de responsabilidade social, com objetivo de padronizar os relatórios, para maior detalhamento e comparabilidade.

Para isso, em 1997, foi lançado um modelo único e simplificado de balanço, desenvolvido junto a CVM e outras entidades, a partir daí iniciou-se uma campanha de evidenciação voluntária pelas empresas (IBASE, 2013).

Para Cunha e Ribeiro (2008), este modelo tem quatro particularidades que devem ser destacadas:

a) foi criado com base na iniciativa de uma ONG, que cobra transparência e efetividade nas ações sociais e ambientais das empresas;

- b) separa as ações e os benefícios obrigatórios, dos realizados de forma voluntária pelas empresas;
- c) é basicamente quantitativo; e
- d) se for corretamente preenchido, pode permitir a comparação entre diferentes empresas e uma avaliação de uma mesma corporação, ao longo dos anos.

O modelo se divide em sete grandes grupos, que requerem informações sobre resultados financeiros, indicadores sociais internos e externos, ações ambientais, corpo funcional, finalidade do grupo e por fim dá espaço para informações adicionais sobre a empresa (IBASE, 2013).

Em 1998, o Ibase lançou o Selo Balanço Social Ibase/Betinho, com o objetivo de incentivar um número maior de empresas. Selo dado anualmente à entidades que publicam o relatório de sustentabilidade no modelo Ibase, como forma de premiá-las e motivá-las cada vez mais na elaboração de relatórios. Cabe ressaltar que o selo está suspenso desde 2008 com intuito de avaliação e reformulação (MARTIN, 2010).

A partir dessas iniciativas o Ibase destaca-se, principalmente no Brasil, como uma das principais instituições motivadoras, que mesmo não tendo um modelo obrigatório lançou um projeto pioneiro no Brasil, com intuito de padronizar as informações sustentáveis, tornando-as comparáveis, sendo facilmente aplicado a empresas dos mais diversos ramos e tamanhos, abrangendo indicadores sociais, indicadores ambientais e dados a respeito da entidade que elabora o relatório.

O modelo ainda é criticado por restringir-se a evidenciar os gastos e as contribuições da empresa com a sociedade e comunidade em que se insere, de forma quantitativa, sem englobar temas mais específicas sobre ações socioambientais (CUNHA E RIBEIRO, 2008).

O modelo Ibase de relatório se popularizou com o passar dos anos, mesmo que atualmente esteja perdendo cada vez mais espaço para o modelo GRI.

2.3.2.2 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

Baseada na demanda de desenvolvimento sustentável da sociedade atual, em 2005, a Bovespa, atual BM&FBovespa, lançou o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, originalmente financiado pela International Finance Corporation (IFC) e com metodologia sob responsabilidade do GVces, que desenvolveu um

questionário para aferir o desempenho das companhias emissoras de ações na BM&FBovespa. (ISE, 2013).

“O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da *performance* das empresas listadas na BM&FBovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.” (ISE, 2013).

Este índice tem como principal objetivo: “refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro” (ISE, 2013).

A missão atrelada ao ISE é de “induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial e apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis”. (ISE, 2013).

Para isso, baseia-se no sistema “*Triple Bottom Line*” que avalia elementos sociais, econômico-financeiros e ambientais de forma integrada, e além destes, utiliza-se de indicadores de governança corporativa, natureza do produto e características gerais (ISE, 2013).

No máximo 40 empresas participam do ISE, dentre elas, as com ações mais negociáveis na Bolsa em termos de liquidez. Além disso, a empresa deve (ISE, 2013, p. 02),

Ser uma das 150 ações com maior índice de negociabilidade apurados nos doze meses anteriores ao início do processo de reavaliação; ter sido negociada em pelo menos 50% dos pregões ocorridos nos doze meses anteriores ao início do processo de reavaliação; atender aos critérios de sustentabilidade referendados pelo Conselho do ISE. Cumpre ressaltar que companhias que estejam sob regime de recuperação judicial, processo falimentar, situação especial, ou ainda que tenham sofrido ou estejam sob prolongado período de suspensão de negociação não integrarão o ISE.

Na carteira ISE 2013, lançada em novembro de 2012, 183 empresas eram elegíveis, emissoras das 200 ações mais líquidas em dezembro de 2011. Destas, 37 se elegeram e cinco entraram no processo de treinees, com objetivo de participar do ISE nos próximos anos.

2.3.3 Iniciativas Mundiais de Incentivo à Divulgação de Relatórios de Sustentabilidade

Na maioria dos países do mundo, a elaboração e divulgação do Balanço Social são voluntárias, em poucos países, como exemplo a França, essa divulgação é obrigatória. Nesse tópico, serão abordadas as iniciativas mundiais em relação aos Relatórios de Sustentabilidade.

A Holanda foi o primeiro país do mundo a ter publicados em jornais de grande circulação seus relatórios sociais, utilizando de medidas qualitativas para informar o impacto dos objetivos sociais da empresa, e quantitativas para programas sociais a serem implementados. São dadas informações sobre trabalho e emprego, além de informações econômicas (MENDES et.al. 1998).

Na Alemanha, os principais temas abordados nos RS são os custos dos salários e encargos sociais, as despesas sociais voluntárias, a formação profissional, os esforços de informação interna, o número de acidentes, e ações para controle da poluição ambiental (MENDES et al., 1998).

Na Grã-Bretanha, são reunidos em um mesmo documento para acionistas funcionários, indicadores para julgamento tanto da situação econômica quanto dos dados sociais da empresa (TINOCO, 1984).

Na Espanha o balanço social é voluntário, sendo elaborado pelas empresas que julgam que devem ser transparentes. O Banco de Bilbao foi o pioneiro, publicando-o em 1978 (TINOCO, 1984).

No Chile, a difusão da ideia de gestão social e de balanço social se iniciou na década de 70, a partir da iniciativa de um grupo de empresários. A empresa chilena pioneira na aplicação do balanço social foi a Asociación Chilena de Seguridad (ACHS), em 1976. Os indicadores sociais constantes do balanço social da ACHS são priorizados pelos próprios trabalhadores, de forma voluntária e anônima (GONÇALVES, 1980).

Enquanto nos EUA o enfoque dos relatórios econômico sociais é o ambiente externo, como a satisfação dos consumidores, o controle da poluição, o acompanhamento da contribuição da empresa aos programas culturais, transportes coletivos e outros benefícios à coletividade. Já na Suécia a ênfase são as informações aos empregados. Nos dois países a demonstração não é obrigatória (DE LUCA, 1998).

Já na Bélgica e em Portugal o balanço social é obrigatório, conforme Freire e Rebouças (2001). Na Bélgica ele é exigido de todas as empresas e um dos motivos que o tornou obrigatório foi a exigência do mercado. Faz parte das demonstrações anuais e foi instituído em 1996 por meio de um decreto real, tendo, para o governo, função decisória no que concerne à política de emprego (GONZALEZ, 2001).

Em Portugal, as empresas que tenham pelo menos cem empregados são obrigadas, desde 1985, pela Lei n.º 141, a elaborarem o balanço social no final do exercício social. Seu principal usuário é o Ministério do Emprego e da Seguridade Social, que envia cópias às associações, sindicatos dos empregados e à Inspeção Geral do Trabalho.

2.3.3.1 AÇÕES DA ONU

Fundada em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, por representantes de 50 países, a Organização das Nações Unidas – ONU, tem entre suas finalidades “realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais” (ONU, 2013).

Em 1992, a ONU promoveu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas, onde adotou a “Agenda 21”, um diagrama de proteção ao planeta e desenvolvimento sustentável, desenvolvida juntamente com governos mundiais. Possuindo intuito de proteger o meio ambiente e realizar um desenvolvimento social e econômico sustentável.

Tendo em vista o interesse de diversas corporações, em 2008, a ONU publicou o *Guidance On Corporate Responsibility Indicators In Annual Reports* (Guia de Indicadores de Responsabilidade Corporativa nos Relatórios Anuais), um documento que orienta e incentiva organizações, acionistas e partes interessadas na elaboração de relatórios que demonstrem a qualidade da gestão e seu desenvolvimento social e econômico (ONU, 2008).

Para ajudar a avançar a causa do desenvolvimento sustentável de forma contínua, foi elaborado em 2011 o “Pacto Global das Nações Unidas, PNUMA, Oxfam, WRI”, adaptado para a economia verde, um documento que reconhece o papel do setor privado diante dos desafios climáticos e que apresenta propostas que mostram as ligações entre riscos e oportunidades, entre mudança climática e

desenvolvimento sustentável, sendo um guia para empresários e políticos (site oficial RIO +20, 2012).

Ao longo dos anos, o tema desenvolvimento sustentável tem sido explorado e divulgado em diversas conferências mundiais realizadas pela ONU paralelamente a outros movimentos pela sustentabilidade, se propagando por comunidades civis, que passaram a apoiar o tema, tornando-o uma tendência mundial, e por comunidades empresariais, que observaram no desenvolvimento sustentável uma forma de crescimento econômico e melhoria da imagem, principalmente entre *stakeholders*.

2.3.3.2 RIO +20

Em junho de 2012, foi promovido no Rio de Janeiro o evento Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, como uma forma de unir governos, empresários e a população para discutir o desenvolvimento sustentável e lançar a nova versão do documento "O futuro que queremos" (*The future we want*) (ONU, 2012).

Dentro desse documento, vale destacar o parágrafo número 47, que segundo entrevista dada por Ricardo Zibas, gerente sênior da área de mudanças climáticas e sustentabilidade da KPMG no Brasil (2012),

O parágrafo reconhece a importância do relato da sustentabilidade corporativa e encoraja as empresas, especialmente as que são listadas em Bolsa ou que possuem um faturamento relevante, a considerarem o reporte das informações socioambientais no seu ciclo de divulgação de informações financeiras.

Este parágrafo também incentiva governos, a indústria, e *stakeholders*, a desenvolverem modelos de Relatórios Integrados (*Integrated Reporting*), que transpareçam as melhores práticas sustentáveis, juntamente com os relatórios da contabilidade, levando-se em conta os padrões já existentes, com suporte da ONU.

Com objetivo de engajar o setor privado no movimento sustentável de forma integral, Brasil, França, Dinamarca e África do Sul, apoiados pela GRI e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/UNEP), formaram o grupo "Amigos do Parágrafo 47" (*Friends of Paragraph 47*), tendo em vista incentivar ainda mais a elaboração de relatórios de sustentabilidade, além de mensurar as contribuições empresariais para o desenvolvimento sustentável e monitorar os impactos causados (ZIBAS, 2012).

Dessa forma, fica cada vez mais claro que é necessário que o setor privado reporte informações socioambientais, como forma de adequação social e mercadológica, principalmente com o engajamento crescente dos governos e da população, no que se refere a desenvolvimento sustentável.

2.3.3.3 *PRINCIPLES FOR RESPONSIBLE INVESTMENT (PRI)*

Outro movimento que se difunde mundialmente é o PRI (Principles for Responsible Investment), mais uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), lançado em 2006 em Nova York e em 2007 no Brasil.

Este projeto consiste na união de uma rede internacional de investidores institucionais, que juntos possuem mais de US\$ 25 trilhões em ativos sob gestão. Esses investidores acreditam que as ESG - questões ambientais, sociais e a governança corporativa, são relevantes e podem impactar no desempenho de suas carteiras de investimentos (GIFFORD, 2011).

Para servir de parâmetro decisório por signatários do PRI foram elaborados seis princípios a serem seguidos. Segundo o PRI, apresentado no Guia Novo Valor (2011, p. 06) são eles,

Incluir as questões de ESG nas análises de investimento e nos processos de tomada de decisão; ser sócios atuantes e incorporar os temas de ESG nas políticas e nas práticas de detenção de ativos; buscar a transparência adequada nas empresas nas quais investimos quanto às questões de ESG; promover a aceitação e a implementação dos Princípios no conjunto de investidores institucionais; trabalhar juntos para reforçar nossa eficiência na implementação dos Princípios; divulgar nossas atividades e progressos em relação à implementação dos Princípios.

Por essa e outras iniciativas, as empresas privadas estão sendo cada vez mais incentivadas para elaboração de relatórios de sustentabilidade, principalmente por ser uma tendência entre bolsas do mundo inteiro, inclusive da BM&FBovespa, que buscam aprimorar práticas de transparência corporativa, de desempenho sócio-ambiental e também incentivar abordagens responsáveis de longo prazo para realização de investimentos (GIFFORD, 2011).

Referente ao processo de gestão de risco, governança e processo informacional, Gifford (2011) também defende que,

A crise financeira mundial convenceu investidores e formuladores de políticas da necessidade urgente de promover melhor gestão de risco, boa governança e transparência para proteger os retornos de longo prazo. Se as informações recebidas por investidores forem de curto prazo e superficiais, essas mesmas características determinarão o mercado.

Portanto, para atender a essa nova demanda de mercado, e para acompanharem a concorrência crescente, empresários e gestores devem obrigatoriamente seguir a nova tendência sustentável, não podendo deixar de atender à qualidade informacional, buscando alcançar as exigências do mercado de consumidores e investidores conscientes das questões que tangem a ESG.

2.3.3.4 GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

A GRI, fundada em 1997 em Boston, como um departamento da CERES (Coalizão por Economias Ambientalmente Responsáveis), apoiada pelo Programa das Nações Unidas (INEP), foi formada por uma rede de *stakeholders*, hoje distribuídos em mais de 30 países.

A organização promove e produz a maior estrutura para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, com objetivo de proporcionar maior transparência organizacional, melhorar a qualidade, o rigor e a aplicabilidade de RS. Sua missão é desenvolver e disseminar orientações para a elaboração de relatórios de sustentabilidade (GRI, 2012).

Em 1998, foi criado pela CERES um comitê formado por *stakeholders* para desenvolver as primeiras orientações da GRI, estas orientações tornaram-se uma estrutura de RS, com foco em *Reporting Guidelines*. Foram incluídas questões ambientais, sociais, econômicas e de governança (MARCOVITCH, 2012).

A primeira versão das diretrizes foi lançada em 2000, com orientações para a elaboração de um relato sustentável padronizado. Este modelo foi chamado G1 e foi adotado no ano por 50 organizações (MARTIN, 2010).

Em 2002, foi lançada a segunda versão de diretrizes (G2), com objetivo de aperfeiçoar a elaboração e transparência do relatório. O modelo foi adotado no ano por 150 organizações. Nesse mesmo período a GRI estabeleceu sede em Amsterdam, como uma organização independente e sem fins lucrativos (CORREIRA E PALMA, 2012).

A terceira versão (G3) foi publicada em 2006, com 79 indicadores de natureza econômica, ambiental e social, além de conter orientações para inclusão de informações adicionais relevantes, como indicadores setoriais.

Em março de 2011 foi lançada a versão G3.1, sendo uma atualização da versão anterior, fornecendo orientações sobre como as organizações podem

apresentar o seu desempenho, expandindo o relato e englobando aspectos relacionados com os Direitos Humanos, os Impactos na Comunidade Local e Gênero, além de incluir mais 5 indicadores sociais (CARREIRA E PALMA, 2012).

Já em maio de 2013, foi lançada na Conferência Internacional de Sustentabilidade e Comunicação em Amsterdam a versão G4, que prioriza focar na em valor e materialidade, além de propor (KPMG, p. 01, 2013): “alterações nas informações sobre formas de gestão, novas orientações para definição do limite do relatório e novas informações a serem divulgadas em áreas-chave, como governança e cadeia de fornecimento”. A versão G4 também propõe a inclusão de 3 novos indicadores para a área ambiental (OLIVEIRA, 2012).

Segundo Canuto (2006), as diretrizes GRI ajudam a estabelecer padrões de referência e avaliar o desempenho de sustentabilidade, resultando em um maior grau de comparabilidade e análise por partes interessadas, contudo não podem ser consideradas como um sistema de gestão, pois são direcionados para uma área específica

Para organizar os Relatórios de Sustentabilidade, a GRI utiliza-se do *Triple Bottom Line*, equilibrando fatores sociais, econômicos e ambientais na evidenciação da sustentabilidade empresarial, tratando-os de forma interligada.

Canuto (2006) salienta que as diretrizes foram elaboradas de forma universal, e que podem ser utilizadas por qualquer tipo de organização. Dessa forma, populariza-se a utilização do modelo GRI entre gestores, tornando a prática mais comum entre grandes organizações, mas não deixando de abranger empresas de pequeno e médio porte.

Atualmente, o modelo é considerado o mais utilizado no mundo para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, mesmo sendo de aceitação voluntária. Quanto a isso, Leite Filho, Prates e Guimarães (2009), defendem que a falta de normatização, de padronização e a de exigibilidade, na maioria dos países, torna-se um fator essencial para a popularização de práticas como o da GRI.

2.4 O Modelo GRI G3.1

Para a elaboração de um Relatório de Sustentabilidade o Guia GRI G3.1 orienta que sejam seguidos princípios e orientações para se definir o conteúdo do relatório, assegurar a qualidade e estabelecer os limites. O conteúdo do relatório

deve ser dividido em: Perfil, Forma de Gestão e Indicadores de Desempenho. Destaca-se que, todas as informações prestadas devem corresponder ao período abrangido pelo RS (GRI, 2011).

O Perfil da Organização corresponde à divulgação de toda informação importante para se conhecer a empresa, o desempenho, a estratégia, o perfil e a governança. Dividi-se em quatro itens: estratégia e análise; perfil organizacional; parâmetros para o relatório e; governança, compromissos e engajamento.

A Forma de Gestão deve fornecer uma breve visão sobre a abordagem de gestão da organização em relação aos indicadores de desempenho, apresentando os riscos e oportunidades associados a cada um deles.

Segundo a GRI G3.1 os Indicadores de Desempenho são informações qualitativas ou quantitativas sobre resultados e consequências associados à organização, que sejam comparáveis e contínuos. Eles são organizados nas categorias Econômica, Ambiental e Social. Nessa versão são contemplados 84 indicadores de Desempenho.

Cada categoria é formada por um conjunto de indicadores de sustentabilidade, que se classificam como essenciais e adicionais. Os indicadores essenciais são os geralmente aplicáveis e considerados relevantes para a maioria das organizações, estes sempre devem ser relatados. Os indicadores adicionais representam práticas emergentes ou tratam de temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas não para outras (GRI, 2011).

Os 09 Indicadores de Desempenho Econômicos (EC) são divididos nos seguintes aspectos: Desempenho Econômico, Presença de Mercado e Impactos Econômicos Indiretos, o que corresponde a 07 indicadores essenciais e 02 indicadores complementares (EC5 e EC9). Os EC ilustram o fluxo de capital entre a corporação e as partes relacionadas, além de apresentar os principais impactos econômicos sobre toda a sociedade.

Os 30 Indicadores de Desempenho Ambiental (EN) são divididos nos seguintes aspectos: Matéria-Prima; Energia; Água; Biodiversidade Emissões, Efluentes e Resíduos; Produtos e Serviços; Conformidade; Transporte e Diversos, correspondendo a 17 indicadores essenciais e 13 complementares. Os EN se referem aos impactos da organização nos sistemas naturais vivos e não vivos.

Os 45 Indicadores de Desempenho Social (LA) são divididos em 04 categorias, que se subdividem em aspectos, são elas: Práticas Laborais e Trabalho

Condigno (LA); Direitos Humanos (HR); Sociedade (SO) e Responsabilidade pelo Produto (PR), que correspondem a 31 indicadores essenciais e 14 indicadores complementares.

Ao fim da elaboração do Relatório de Sustentabilidade, a empresa pode declarar o nível do seu relatório, de acordo com um sistema criado pela GRI denominado de “níveis de aplicação GRI”. Essa declaração proporciona aos *stakeholders* um padrão de identificação, além de transparência e clareza, já para os relatores, o nível de aplicação serve como um medidor de sustentabilidade, ao passo em que gera uma perspectiva de evolução (GRI, 2006a).

O sistema possui três níveis de divulgação, intitulados como C (o mais simples), B e A (o mais completo), assim motiva e facilita o acesso de novos relatores às diretrizes socioambientais. Caso a organização faça verificação externa do relatório, esta ainda poderá se autodeclarar com um ponto a mais (+), por exemplo, C+, B+ ou A+. Dessa forma, também demonstra um maior grau de fidedignidade na informação divulgada (GRI, 2006).

O Quadro 1 a seguir apresenta a divisão dos níveis e que itens devem ser apresentados para que o RS se enquadre nos moldes do GRI G3.1. Observa-se no quadro que o nível C possui a menor exigência de divulgação e o nível A possui maior abrangência de divulgação, sendo um relatório mais complexo e detalhado.

Quadro 1: Nível de aplicação GRI G3.1

Nível de Aplicação		A	A+	B	B+	C	C+
CONTEUDO DO RELATÓRIO	Perfil da G3.1	Os mesmos itens do nível B.	Com Verificação Externa	Os itens do nível C mais os itens 1.2, 3.9 a 3.13 e 4.1, 4.5 a 4.13 e 4.16 a 4.17.	Com Verificação Externa	Os itens 1.1, 2.1 a 2.10, 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12, 4.1 a 4.4, 4.14 e 4.15.	Com Verificação Externa
	Formas de Gestão da G3.1	Forma de gestão para cada categoria de indicador		Informação sobre a forma de gestão para cada categoria de indicador		Não exigido	
	Indicadores de Desempenho G3.1 e de Desempenho Setorial	Todos os indicadores da G3.1 e do suplemento setorial, com a devida consideração ao princípio da materialidade para responder ao indicador e para explicar sua eventual omissão.		No mínimo 20 indicadores de desempenho, com no mínimo 1 da área de desempenho econômico, ambiental, direitos humanos, trabalhistas, sociedade e responsabilidade pelo produto.		No mínimo 10 indicadores de desempenho, incluindo pelo menos 1 na área ambiental econômico e social.	
Para alcance dos Níveis C+, B+ e A+, somente com verificação externa por auditoria independente.							

Fonte: Adaptado GRI (2011a, p. 2).

O relatório de sustentabilidade, nos moldes GRI, deve divulgar resultados e consequências, assim como, contribuições positivas e negativas ao meio em que a empresa se insere, de forma equilibrada e razoável, onde possa ser utilizado com os mais diversos objetivos, entre eles a comparação (interna e externa), demonstração (da forma como influência e é influenciada) e para avaliação do desempenho (no que compete a leis, normas, códigos, etc.).

A divulgação do conteúdo do Relatório de Sustentabilidade nos moldes GRI pode ser feita de 3 maneiras (VELLANI, 2011, p. 93):

- Dentro de seu próprio relatório anual, por meio do índice remissivo GRI: trata-se de uma lista dos indicadores com a página do relatório anual que consta a informação sobre o referido indicador GRI;
- Construir um relatório à parte do relatório anual, chamado relatório de sustentabilidade, e nele divulgar os indicadores GRI;
- Construir seu relatório anual com base no modelo GRI e transformar seu relatório anual em um relatório anual de sustentabilidade com os indicadores GRI para desempenho econômico, ecológico e social.

2.4.1 Uma Ênfase nos Indicadores Ambientais

Há algumas décadas o homem se preocupa com o futuro planeta e a responsabilidade por esse futuro, que antes parecia ser apenas da pequena minoria da população, passou a ser cobrada também de governos e principalmente de entidades empresariais, que são grandes responsáveis pelas explorações naturais e pela poluição do meio-ambiente, o que causa drásticas mudança climáticas e escassez de recursos.

Organizações pelo mundo, também preocupadas com o futuro do planeta, iniciaram um grande processo de conscientização socioambiental, como por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU), que desde 1945 trabalha em busca de um desenvolvimento sustentável, além da BM&FBovespa, criadora do ISE e da *Global Reporting Initiative*, criadora das diretrizes GRI, entre outras organizações, como se pode observar nos tópicos anteriores desde trabalho.

Em 1992, foi lançada no Congresso ONU a “Agenda 21”, que expõe as dificuldades que os países em desenvolvimento têm de realizar o controle da poluição ambiental e de adotar mecanismos de proteção à saúde proporcionalmente a velocidade do desenvolvimento econômico. Essa integração é para garantir melhores padrões de qualidade de vida é indispensável (ONU, 2013).

No século XXI iniciou-se o pensamento de que os padrões dominantes de produção e consumo estariam causando redução de recursos, devastação ambiental

e uma extinção de espécies em grande escala, além de haver desigualdade na distribuição dos recursos, injustiça, pobreza, ignorância e conflitos violentos, o que sobrecarregava os sistemas ecológico e social (CARTA DA TERRA, 2000).

Foi verificado que das 37 companhias participantes da carteira ISE, 21% autorizaram a divulgação dos seus questionários de sustentabilidade, o que é bastante positivo no quesito transparência, mas ressalta-se que os dados apresentados pelas próprias empresas não possuem qualquer verificação externa (ISE, 2012), o que não garante a qualidade da informação.

De acordo com o estudo feito sobre relatórios GRI por Tonin e Madruga (2012), foi concluído que há falhas nos relatórios GRI, pois se verificou a falta de exigências mais criteriosas para que sejam mencionadas adequadamente as práticas ambientais da entidade, antes de serem reportadas.

Também foi observado, que não há meios para verificações que demonstrem conexão entre o relato e as ações efetivas, pois as tabelas numéricas obedecem a um padrão, mas os dados qualitativos encontram-se dispersos ao longo do texto, o que inviabiliza comparações.

Diante desse conhecimento, seria necessária a união de todas as organizações com o intuito de diminuir o desequilíbrio do planeta. Barbieri (2007) ressalta que o tema “meio-ambiente” tornou-se mais popular em diversas frentes da sociedade. Consequentemente, espera-se a elaboração de novas políticas direcionadas ao meio-ambiente.

Dessa forma, torna-se essencial a realização desta pesquisa, através da análise individual dos Indicadores Ambientais nos moldes GRI G3.1, que são ordenados através da nomenclatura EN, sendo 17 essenciais e 13 complementares, e dispostos em 9 aspectos, de acordo com o Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Indicadores Ambientais GRI G3.1

Indicadores Ambientais GRI G3.1		Tipo de Id.
Aspecto – Matérias-Primas		
EN1	Materiais utilizados, por peso ou por volume.	Essencial
EN2	Porcentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem.	Essencial
Aspecto – Energia		
EN3	Discriminação do consumo de energia direta, por fonte de energia primária.	Essencial
EN4	Discriminação do consumo de energia indireta, por fonte primária.	Essencial
EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias, na conservação e na eficiência.	Complementar

EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços, baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.	Complementar
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e objetivos alcançados.	Complementar
Aspecto – Água		
EN8	Consumo total de água, por fonte.	Essencial
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas, pelo consumo de água.	Complementar
EN10	Porcentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.	Complementar
Aspecto – Biodiversidade		
EN11	Localização e dimensão dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização em áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade, ou adjacente às mesmas.	Essencial
EN12	Descrição dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade.	Essencial
EN13	Habitats protegidos ou recuperados.	Complementar
EN14	Estratégias e programas, atuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade.	Complementar
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	Complementar
Aspecto – Emissões, Efluentes e Resíduos		
EN16	Totalidade das emissões de gases causadores do efeito de estufa, por peso.	Essencial
EN17	Outras emissões relevantes e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso.	Essencial
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas.	Complementar
EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.	Essencial
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.	Essencial
EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino.	Essencial
EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método utilizado no fim de linha.	Essencial
EN23	Número e volume total de derrames significativos.	Essencial
EN24	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.	Complementar
EN25	Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats afetados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.	Complementar
Aspecto – Produtos e Serviços		
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte.	Essencial
EN27	Porcentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria.	Essencial
Aspecto – Conformidade		
EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não monetárias por não cumprimento das leis e regulamentos ambientais.	Essencial
Aspecto – Transportes		
EN29	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários.	Complementar
Aspecto – Geral		
EN30	Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo.	Complementar

Fonte: GRI G3.1 (2011).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem por objetivos apresentar e discutir as características dos Relatórios de Sustentabilidade elaborados no Brasil por empresas que compõem o ISE, ao passo que, analisa a qualidade dos Indicadores Ambientais divulgados, por esse motivo, classifica-se como uma pesquisa exploratória (GIL, 1999).

Para o levantamento de dados, utiliza-se da pesquisa documental, por fazer uso de material não tratado de forma analítica, ou que pode ser reformulado de acordo com o objetivo da pesquisa (GIL, 2002). O levantamento desses dados foi realizado nas páginas de *web site* das empresas ISE, onde foram coletados os Relatórios de Sustentabilidade publicados, referentes ao ano de 2012.

Sua natureza é qualitativa, por não fazer uso de métodos estatísticos como base do processo de análise do problema (RICHARDSON, 1999), mas por fazer uma análise profunda do conteúdo estudado (BEUREN, 2008), destacando características dos RS. Para isso, a pesquisa foi desenvolvida nas seguintes categorias: modelo adotado, nível GRI e Indicadores Ambientais utilizados e atendidos.

A população da pesquisa é composta pelas empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), em 2013, correspondendo a 37 empresas. Segue, Quadro 3 Carteira ISE 2013 (BM&FBovespa, 2012).

Quadro 3 – Carteira ISE – 2013

AES Tietê	BRF	CPFL	EDP	Gerdau	Natura	SulAmerica	Vale
Banco do Brasil	Cemig	Coelce	Even	Gerdau MET	OI	Telefônica	WEG
Bicbanco	Cesp	CCR	Eletrobras	Itaú Unibanco	Sabesp	TIM	
Bradesco	Copasa	Duratex	Ecorodovias	Itaúsa	Santander	Tractebel	
Braskem	Copel	Eletropaulo	Fibria	Light	Suzano	Ultrapar	

Fonte: ISE (2013).

Desse universo, são consideradas as empresas que publicaram, de forma acessível, os Relatórios de Sustentabilidade 2012 com modelo GRI G3 e G3.1, já que de uma versão para outra não houve alteração na tabela de indicadores ambientais. Esse total corresponde a um total de 18 empresas, 48,6% da população.

As empresas Braskem, Copel, CPFL, Coelce, EDP, Even, Eletrobras, Ecorodovias, Gerdau, Gerdau MET, Oi, Suzano, Telefônica, Tim, Ultrapar, Vale e WEG, não puderam ser analisadas por não terem RS individuais (controladas), ou

por não terem publicado até a presente data. A *holding* Itaú S.A, não divulgou indicadores de desempenho consolidado, de acordo com o resumo do Quadro 4.

Quadro 4 – Empresas ISE que publicara RS GRI 2012

	Empresa	Modelo GRI Utilizado	Nível de Aplicação	Publicação GRI G3
1	AES Tietê	G3	B+	2013
2	Banco do Brasil	G3	A+	2013
3	Bicbanco	G3.1	B+	2013
4	Bradesco	G3.1	A+	Não publicou em 2013
5	Braskem	-	-	Não publicou em 2013
6	BRF	G3	A	2013
7	Cemig	G3.1	A+	2013
8	Cesp	G3	B+	2013
9	Copasa	G3	B	2013
10	Copel	-	-	Não publicou em 2013
11	CPFL	-	-	Não publicou em 2013
12	Coelce	CONTROLADA	-	Não possui RS Individual
13	CCR	G3	A	2013
14	Duralex	G3.1	A+	2013
15	Eletropaulo	G3	B+	2013
16	EDP	-	-	Não publicou em 2013
17	Even	-	-	Não publicou em 2013
18	Eletrobras	-	-	Não publicou em 2013
19	Ecorodovias	-	-	Não publicou em 2013
20	Fibra	G3.1	A+	2013
21	Gerdau	CONTROLADA	-	Não publicou em 2013
22	Gerdau MET	CONTROLADA	-	Não publicou em 2013
23	Itaú Unibanco	G3.1	A+	2013
24	Itaúsa	CONTROLADORA	-	-
25	Light	G3	A	2013
26	Natura	G3.1	A+	2013
27	OI	-	-	Não publicou em 2013
28	Sabesp	G3	B	2013
29	Santander	G3.1	A+	2013
30	Suzano	-	-	Não publicou em 2013
31	SulAmerica	G3.1	A+	2013
32	Telefônica	-	-	Não publicou em 2013
33	TIM	-	-	Não publicou em 2013
34	Tractebel	G3	A+	2013
35	Ultrapar	-	-	Não publicou em 2013
36	Vale	-	-	Não publicou em 2013
37	WEG	-	-	Não publicou em 2013

Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Para análise, é considerada a informação fornecida pelo índice remissivo GRI, dessa forma analisa-se a resposta correspondente a cada indicador ambiental, de acordo com o Quadro 2, pois um dos quesitos relativos a conformidade da utilização deste relatório é a adequada elaboração do sumário.

Seguindo os moldes de Nascimento et al. (2011), a pesquisa realiza-se somente sobre os indicadores essenciais, por serem mais relevantes e aplicáveis sobre a maioria das empresas.

O tratamento dos dados será baseado nos modelos de cálculos elaborados por Dias (2006) e Carvalho (2007), por permitirem que se atinja o objetivo da presente pesquisa.

Inicialmente classificam-se as respostas aos indicadores de acordo com as categorias descritas no Quadro 5, pois apresentam o grau de conformidade com o requerido pelo GRI.

Quadro 5 - Base para Classificação das Informações

CLASSE	SIGLA	DENOMINAÇÃO	CONCEITO
APRESENTADAS	APL	ADERÊNCIA PLENA	Quando todas as informações requeridas pelo indicador essencial da GRI foram expostas no relatório socioambiental fornecidos pela organização.
	AP	ADERÊNCIA PARCIAL	Quando somente parte das informações requeridas pelo indicador essencial da GRI foram repassados pela organização em seu relatório de sustentabilidade.
	D	DÚBIO	Quando os dados apresentados pela organização não são claro para afirmar classificar se a aderência é plena ou parcial.
	I	INCONSISTENTE	Quando os dados apresentados pela organização no relatório social divergem das informações requeridas pelo indicador essencial da GRI.
NÃO APRESENTADAS	ND	NÃO DISPONIVEL	Quando a organização reconhece a importância do indicador e este é pertinente as suas atividades, porém não tem condição de apresentar.
	NA	NÃO APLICÁVEIS	Quando o indicador do GRI não é pertinente as atividades ou setor de atuação ou atividade da organização.
	OJ	OMITIDO COM JUSTIFICATIVA	Quando a organização omite por decisão própria, uma informação requerida pelo indicador essencial da GRI, apresentando uma justificativa para tal atitude.
	O	OMITIDO	Quando a empresa não relata nada em relação ao indicador essencial da GRI.

Fonte: Dias (2006); Carvalho (2007).

Em seguida realizam-se dois cálculos:

1º) Grau de Aderência Plena (GAPIE), que busca verificar o quanto as empresas estão respeitando as determinações estabelecidas pelo GRI (DIAS, 2006);

2º) Evidenciação Efetiva (GEE), que verifica o nível de informação que a empresa está efetivamente oferecendo aos seus usuários em comparação a todo o potencial oferecido pela GRI (CARVALHO, 2007).

As fórmulas adotadas foram as seguintes:

$$\text{GAPIE} = \frac{\text{Indicadores essenciais com APL} + \text{Indicadores essenciais OJ}}{\text{Total de indicadores essenciais} - \text{total de indicadores NA}}$$

Fonte: Dias (2006)

$$\text{GEE} = \frac{\text{Indicadores essenciais com APL}}{\text{Total de indicadores essenciais} - \text{total de indicadores NA}}$$

Fonte: Carvalho (2007)

Em que, APL = Aderência Plena; OJ = Omitidos com Justificativa; NA = Não Aplicáveis.

Destaca-se que no cálculo do GAPIE o total de respostas Omitidas com Justificativa (OJ) foi somado ao total de indicadores com Aderência Plena (APL), pois a GRI permite que algumas respostas sejam omitidas, desde que haja justificativa, o que não prejudicará o resultado obtido (DIAS, 2006).

Nos dois cálculos subtrai-se o total de indicadores Não Aplicáveis (NA) do total dos Indicadores Essenciais para não prejudicar o resultado da empresa, em função de um indicador que não se aplica às suas atividades (DIAS, 2006) e (CARVALHO, 2007).

Não são considerados nos cálculos os indicadores classificados com “AP” (aderência parcial), por não haver como determinar o quanto atende ao requisitado. Além disso, não se inclui nos cálculos os indicadores classificados como “D” (dúbios) ou “I” (inconsistentes), por não serem confiáveis (CASTRO, et al., 2009).

Os resultados da amostra podem ter variação entre 0%, que corresponde ao menor grau de Aderência Plena, e 100% que corresponde ao grau mais alto, e são apresentados de acordo com os três níveis de aplicação sugeridos pela GRI (A, B e C), a base para a disposição dos resultados é dividida em “alto”, “médio” ou “baixo”, de acordo com o Quadro 6 a seguir.

Quadro 6 – Níveis de Apresentação do GAPIE e do GEE

FAIXA	CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL DE APLICAÇÃO
0% -- 25%	“BAIXO”	C
25% -- 62%	“MÉDIO”	B
62% -- 100%	“ALTO”	A

Fonte: Adaptado de Castro, Siqueira e Macedo (2009).

Assim, realiza-se uma análise de conteúdo, com objetivo de verificar o nível de aderência das empresas ISE ao modelo de relatório GRI, através do cálculo GEE e a qualidade da divulgação dos Indicadores Ambientais publicados nos RS, através do cálculo GAPIE.

4 ANÁLISE DA QUALIDADE DOS INDICADORES AMBIENTAIS E DO NÍVEL DE ADERÊNCIA AO MODELO GRI

A partir da análise dos Relatórios de Sustentabilidade GRI G3 e G3.1 de cada empresa, calculou-se o grau de aderência plena (GAPIE) e de evidência efetiva (GEE) dos Indicadores Ambientais. Dessa maneira, foi possível verificar o nível de divulgação voluntária de 18 empresas que compõem o ISE no ano de 2013, que atuam em setores econômicos variados.

No Quadro 7, pode-se observar a relação entre a nomenclatura (EN) e a descrição dos Indicadores Ambientais essenciais, com intuito de facilitar a leitura dos resultados obtidos no Quadro 8.

Quadro 7 – Indicadores ambientais essenciais GRI G3.1

Indicadores Ambientais GRI G3.1	
EN1	Materiais utilizados, por peso ou por volume.
EN2	Porcentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem.
EN3	Discriminação do consumo de energia direta, por fonte de energia primária
EN4	Discriminação do consumo de energia indireta, por fonte primária.
EN8	Consumo total de água, por fonte.
EN11	Localização e dimensão dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização em áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade, ou adjacente às mesmas.
EN12	Descrição dos impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade.
EN16	Totalidade das emissões de gases causadores do efeito de estufa, por peso.
EN17	Outras emissões relevantes e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso.
EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.
EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino.
EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método utilizado no fim de linha.
EN23	Número e volume total de derrames significativos.
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacto.
EN27	Porcentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria.
EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não monetárias por não cumprimento das leis e regulamentos ambientais.

Fonte: dados da pesquisa (2013).

No Quadro 8, observa-se quais as empresas analisadas obtiverem ou não aderência plena (APL) nas respostas aos indicadores selecionados. Com base na análise feita neste estudo, a não aderência a alguns indicadores impactou na redução dos índices GAPIE e GEE.

Quadro 8 - Resumo da análise dos Indicadores Ambientais dos relatórios GRI

	Bicbanc o	Cemig	Dur atex	Fibri a	Itaú Unibanc o	Natura	Sant and er	SulA meri ca	AES Tiet ê	BB	BRF	Cesp	Cop asa	CCR	Eletropaulo	Light	Sab esp	Trac tebel
EN1	APL	APL	OJ	APL	APL	AP	APL	APL	ND	APL	APL	APL	O	APL	ND	NA	AP	APL
EN2	APL	I	OJ	I	OJ	APL	OJ	APL	O	AP	APL	O	O	ND	O	NA	APL	I
EN3	APL	APL	OJ	APL	OJ	AP	AP	APL	AP	APL	APL	APL	AP	APL	APL	APL	APL	APL
EN4	APL	APL	OJ	APL	AP	AP	AP	APL	AP	AP	APL	APL	OJ	APL	APL	APL	O	NA
EN8	I	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	O	APL	APL	APL	APL	O	APL
EN11	APL	APL	OJ	APL	OJ	APL	OJ	APL	APL	OJ	I	APL	APL	AP	APL	NA	APL	APL
EN12	NA	APL	OJ	APL	OJ	APL	OJ	APL	AP	OJ	AP	APL	AP	APL	AP	ND	O	APL
EN16	APL	APL	APL	APL	APL	APL	AP	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL
EN17	APL	APL	APL	APL	APL	APL	AP	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	O	ND
EN19	APL	APL	APL	APL	APL	APL	I	APL	D	OJ	I	O	O	APL	APL	OJ	O	APL
EN20	O	APL	APL	ND	OJ	APL	OJ	APL	I	OJ	I	O	O	APL	O	OJ	O	APL
EN21	O	APL	APL	APL	OJ	AP	OJ	AP	I	OJ	APL	AP	O	APL	APL	OJ	APL	APL
EN22	AP	APL	APL	APL	APL	NA	AP	APL	APL	APL	APL	APL	O	APL	APL	APL	O	APL
EN23	NA	APL	APL	APL	OJ	D	OJ	APL	APL	OJ	I	APL	O	APL	APL	APL	O	APL
EN26	APL	APL	I	APL	APL	OJ	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	APL	NA
EN27	NA	NA	I	I	OJ	ND	OJ	APL	O	OJ	I	O	O	NA	NA	OJ	O	NA
EN28	APL	APL	OJ	APL	OJ	APL	OJ	APL	APL	APL	APL	APL	O	APL	APL	OJ	O	APL

Fonte: dados da pesquisa (2013).

4.1 Análise da Qualidade dos Indicadores Ambientais Divulgados pelas Empresas que Compõem o ISE, em relação ao Modelo GRI

Após a classificação das respostas dadas aos Indicadores Ambientais, foi feito o cálculo GEE, de acordo com a fórmula apresentada. Os resultados obtidos foram classificados seguindo o proposto no Quadro 6, sendo organizados em ordem decrescente em relação ao GEE obtido, como se vê no Quadro 9.

Quadro 9 – Grau de Evidenciação Efetiva (GEE)

Empresa	Indicadores Ambientais (%)	Nível de Aplicação Autodeclarado	Nível de Aplicação Calculado
SulAmerica	94%	A+	A
Cemig	94%	A+	A
CCR	88%	A	A
Tractebel	86%	A+	A
Fibria	82%	A+	A
Eletropaulo	75%	B+	A
Bicbanco	71%	B+	A
BRF	65%	A	A
Cesp	65%	B+	A

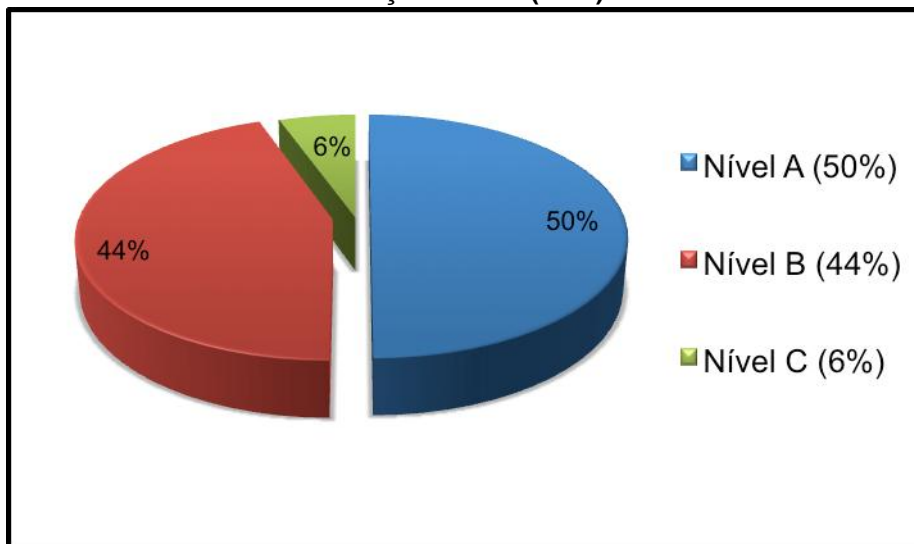
Light	57%	A	B
Natura	56%	A+	B
Duratex	47%	A+	B
AES Tietê	47%	B+	B
Banco do Brasil	47%	A+	B
Itaú Unibanco	41%	A+	B
Sabesp	35%	B	B
Copasa	29%	B	B
Santander	18%	A+	C
Média das Empresas	61%	-	B

Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

Analisando os resultados obtidos a partir do Quadro 9, observa-se que, em relação aos Indicadores Ambientais, 9 das 18 empresas atingiram nível A de evidência efetiva ao modelo GRI, contrapondo-se a 10 que se autodeclaram. Dessa forma, constata-se que 50% das empresas ISE evidenciam efetivamente os indicadores propostos.

Dentre as demais, 8 empresas atingiram o nível B e 1 atingiu o nível C, com apenas 18% de evidência. É possível constatar melhor a situação observando-se o Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 – Grau de Evidência Efetiva (GEE)



Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

Destacam-se como de alto nível as empresas: Eletropaulo, Bicbanco e Cesp, que apesar de na totalidade do RS se classificarem como de nível de aplicação B, em relação aos IA GEE classificam-se como empresas A, mesmo tendo a opção de apresentarem a resposta de apenas um indicador, de acordo com o que a GRI

sugere para o nível de aplicação, o que demonstra alto grau de respostas plenas e qualidade na evidenciação.

As empresas SulAmerica, Cemig, CCR, Tractebel, Fibria e BRF, também atingiram alto nível de classificação, afirmando a autodeclaração feita em seus Relatórios. Dentre essas, a SulAmerica e a Cemig se destacam por atingirem maior grau de aderência efetiva (94%), tendo 94% e 88% de aderência plena (APL) em suas respostas, respectivamente, o que demonstra grande qualidade e compromisso com os Indicadores Ambientais no Relatório de Sustentabilidade.

Dentre as empresas analisadas, o Banco Santander foi o que apresentou menor GEE, estando no nível C, com apenas 18% de resultados com APL, mesmo se autodeclarando como uma empresa de nível A. Pode-se concluir que o resultado não significa que o RS tem baixa qualidade, pois este estudo limita-se à análise de Indicadores Ambientais, mas é possível afirmar que em relação aos IA, a empresa deixou a desejar, tendo em vista que, 47,06% das respostas foram classificadas como omitidas com justificativa (OJ) e quase 30% classificadas como de aderência parcial (AP), os dois tipos de respostas não contemplam o cálculo GEE.

As empresas Natura, Duratex, Banco do Brasil e Itaú-Unibanco, também apresentaram níveis de aplicação diferentes dos calculados. Estas empresas, apesar de se autodeclararem como A, atingiram apenas um nível Médio de GEE dentre os Indicadores Ambientais.

Analisando a média geral das empresas ISE, obteve-se um Grau de Evidenciação Efetiva de 61%, concluindo-se que 39% das respostas dadas pelas 18 empresas analisadas não são APL, classificando as empresas ISE como de nível B em relação aos Indicadores Ambientais, o que pode demonstrar um nível de qualidade contestável na apresentação dos IA, já que não há um alto GEE.

Conforme os resultados apresentados é possível constatar que 55,6% das empresas apresentaram uma classificação correspondente aos níveis de aplicação autodeclarados nos Relatórios de Sustentabilidade GRI, o que demonstra homogeneidade nos indicadores respondidos, dando importância tanto aos IA, quanto aos demais quesitos exigidos. As demais empresas (44,4%), que não tiveram resultados correspondentes aos níveis de aplicação, podem dar mais ou menos destaque aos IA, em relação ao RS como um todo, o que não desqualifica o relatório.

4.2 Análise do Nível de Aderência das Empresas que Compõem o ISE ao Relatório GRI.

Os resultados encontrados através do cálculo do GAPIE foram classificados em ordem decrescente em relação ao percentual obtido, como se ver no Quadro 10.

Quadro 10 – Grau de Aderência Plena

Empresa	Indicadores Ambientais (%)	Nível de Aplicação Autodeclarado	Nível de Aplicação Calculado
Itaú Unibanco	94%	A+	A
SulAmerica	94%	A+	A
Cemig	94%	A+	A
Light	93%	A	A
Duratex	88%	A+	A
Banco do Brasil	88%	A+	A
CCR	88%	A	A
Tractebel	86%	A+	A
Fibria	82%	A+	A
Eletropaulo	75%	B+	A
Bicbanco	71%	B+	A
Santander	65%	A+	A
BRF	65%	A	A
Cesp	65%	B+	A
Natura	63%	A+	A
AES Tietê	47%	B+	B
Copasa	35%	B	B
Sabesp	35%	B	B
Média das Empresas	74%	-	A

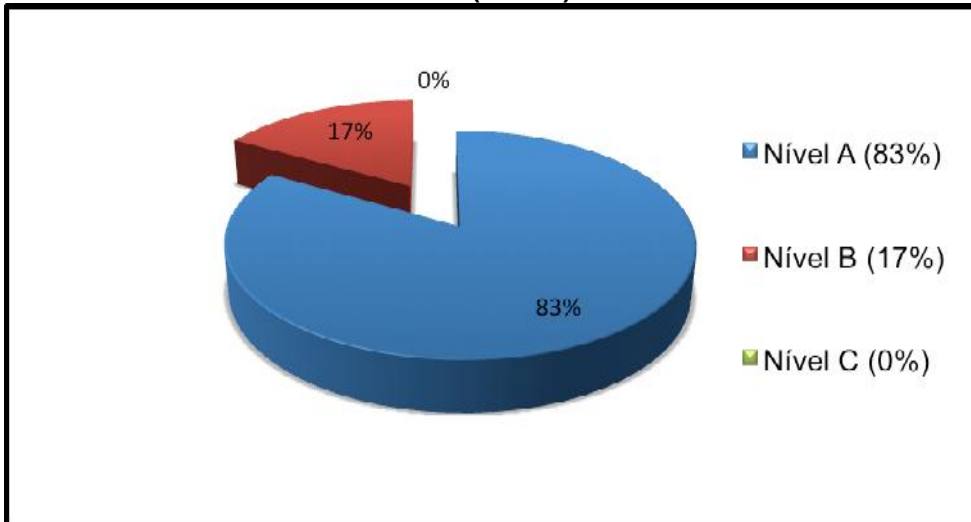
Fonte: Dados da Pesquisa (2013)

Comparando-se as tabelas de resultados GEE e GAPIE, observa-se que os resultados não podem ser considerados semelhantes. A primeira evidência de diferenciação entre os quadros é na empresa Itaú-Unibanco, que encontra-se com 15º na classificação GEE e em 1º na classificação GAPIE, essa diferença se explica pelo fato da empresa possuir 9 dos 17 indicadores essenciais (53%) omitidos com justificativa, que não são considerados no GEE, mas que são considerados respostas válidas para o GRI e considerados no cálculo do GAPIE.

Por esse mesmo motivo, é possível afirmar que a presença de respostas OJ torna os resultados GAPIE mais elevados que os GEE. Sendo assim, observa-se que 15, das 18 empresas analisadas pelo método GAPIE classificam-se como de

nível A, correspondendo a 83%, o que se contrapõe com o resultado de 50% de empresas classificadas como de nível alto no GEE. No Gráfico 2 a seguir é possível observar melhor os resultados obtidos no cálculo do GAPIE.

Gráfico 2 – Grau de Aderência Plena (GAPIE).



Fonte: Dados da Pesquisa (2013).

Apenas as empresas AES Tietê, Copasa, e Sabesp se classificaram como de B pelo cálculo (17%), o que corresponde exatamente a autodeclaração de cada uma, concluindo-se que em relação aos IA, essas empresas encontram-se no nível de aplicação que corresponde a sua situação real.

Destacam-se como de alto nível as empresas: Eletropaulo, Bicbanco e Cesp, que apesar de na totalidade do RS se classificarem como de nível de aplicação B, em relação aos IA classificam-se como empresas A, assim como no cálculo do GEE, pois não apresentam respostas OJ. Não é possível afirmar que essas empresas deveriam realmente se autodeclarar como A, pois os indicadores econômicos e sociais não são contemplados por essa pesquisa, mesmo assim, observa-se nessas empresas um alto grau de compromisso com as questões ambientais.

Dentre as empresas analisadas, a Copasa e a Sabesp foram as que apresentaram o menor Grau de Aderência Plena nos Indicadores Ambientais, estando no nível B, mas com resultado de apenas 35%, isso decorre do grande volume de respostas omitidas, correspondendo a mais de 50% das respostas dadas, demonstrando baixo nível de aplicação em IA.

Foi possível observar que 83% dos níveis autodeclarados correspondem aos níveis alcançados nos GAPIE, o que resulta em mais segurança para os *stakeholders*.

No estudo, observou-se que o *disclosure* voluntário das informações ambientais prestadas pela maioria das empresas, é confirmado nos índices GAPIE e GEE estudados, com grande desnível apenas do Banco Santander, que apresentou nível calculado GEE C e se autodeclarou A, mas de modo geral não foi verificado distorção das informações apresentadas pelas empresas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa limita-se à análise dos Indicadores Ambientais das empresas que compõem o ISE 2013, tendo em vista a importância dada ao índice, motivada pela necessidade da diminuição da degradação e da responsabilidade empresarial com o meio-ambiente.

Trabalhando-se nesse contexto, os resultados dos cálculos de GEE e GAPIE não devem ser generalizados ao Relatório de Sustentabilidade como um todo, já que os níveis declarados pelas empresas não correspondem a apenas um indicador e sim ao conjunto, diferente do objetivo da presente pesquisa.

Através da pesquisa constatou-se que a divulgação de Relatórios de Sustentabilidade nos moldes GRI apresenta uma aderência da sociedade corporativa à divulgação voluntária, tendo em vista que o procedimento não é obrigatório no país, enquadrando-se como Divulgação Baseada na Discricionariedade ou Julgamento, o que demonstra a presença efetiva da Responsabilidade Social Corporativa no perfil das empresas do ISE 2013.

Nessa pesquisa o Grau de Evidenciação Efetiva é considerado a qualidade da informação prestada, tendo-se em vista que considera apenas respostas com aderência plena (APL), dessa forma, foi observado que 50% das empresas atingiram nível A no cálculo, o que demonstra que essas empresas apresentaram alto comprometimento com a informação ambiental.

Em relação ao Grau de Aderência Plena, que é considerado o nível de aderência da empresa com o modelo GRI para Indicadores Ambientais, 83% das empresas atingiram nível A no cálculo, o que demonstra que as empresas responderam a mais de 62% do questionário ambiental proposto pela GRI, considerando também respostas Omitidas com Justificativa (OJ).

Os resultados obtidos através dos cálculos do GAPIE e do GEE mostram que o *disclosure* voluntário ambiental é considerado positivo no GAPIE e médio no GEE, levando-se em conta a média das empresas.

No geral, é possível constatar que o modelo GRI é bem aceito pelas corporações, que buscam preenchê-lo de forma fidedigna.

Entretanto, é indispensável ressaltar que muitas empresas ainda devem buscar mais compromisso com a prestação de informações ambientais e maior acessibilidade, profundidade e clareza no conteúdo abordado, para que dessa forma

haja uma evolução maior na elaboração de Relatórios de Sustentabilidade de qualidade no Brasil.

Através dessa pesquisa ainda foi possível constatar que 33,33% das empresas da amostra ainda divulgam relatório do tipo Ibase, que contém também indicadores ambientais, mesmo sem receber o selo Balanço Social Ibase/Betinho, que está suspenso desde 2008 para reformulação.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Nível de Disclosure e Custo do Capital Próprio no Mercado Brasileiro**. 2007. 114 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Usp, São Paulo, 2007.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos instrumentos**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BEUREN, Ilse Maria. et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3.ed – 2. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2008.

BRAGA, J., OLIVEIRA, J., SALOTTI, B.. Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental nas Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras. **Revista de Contabilidade da UFBA**, América do Norte, 3, fev. 2010. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/3819/2790>. Acesso em: 17 Mai. 2013.

CANUTO, Sandro Bastos Brasiliense. **Estudo das diretrizes da GRI na gestão sócio-ambiental das empresas**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

CARREIRA, F. A, PALMA, C. M. Análise comparativa dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras, espanholas, portuguesas e andorra. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337. Blumenau, v. 8, n. 4, p. 140-166, out./dez., 2012. Disponível em: <www.furb.br/universocontabil>. Acesso em: 16 de jun. 2013.

CARVALHO, Fernanda de Medeiros. **Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Latino-Americanas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

CASTRO, Fernanda Amorim Ribeiro de; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas do Setor de Energia Elétrica Sul Americano. *In*: SIMPOI, 2009, São Paulo/SP. SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS.13, 2009. **Anais...** São Paulo/SP: 2009.

CIRELLI G. A.; KASSAI, J. R. Análise da percepção sobre sustentabilidade por parte dos stakeholders de uma instituição financeira: um estudo de caso. *In*: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10. 2010. São

Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

COMISSÃO DA CARTA DA TERRA. **Carta da Terra**. 2000. Disponível em: <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>>. Acesso em: 23 de jun. 2013.

CONCEIÇÃO, S. H.; DOURADO, G. B.; SILVA, S. F. *Global reporting initiative (GRI) - um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na américa latina*. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, ISSN 2238-5320, UNEB, Salvador, v. 2, n. 3, p. 17-38, set/dez., 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/68>>. Acesso em: 15 de mai. 2013.

CUNHA, J. V. A; RIBEIRO, M. S. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração USP-e**. São Paulo, v.1, n.1, art.6, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/Revista_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a6.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2013.

DAHER, Wilton de Medeiros. **Responsabilidade social corporativa: geração de valor reputacional nas organizações internacionalizadas**. São Paulo: Saint Poul Editora, 2006.

DE LUCA, Marcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva. **Análise da Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Brasileiras**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2003.

FIGLIOLI, Bruno. **Análise do índice brasileiro de sustentabilidade empresarial em uma perspectiva de retorno e risco: estudo de eventos da divulgação das carteiras teóricas no período de 2005 e 2010**. Dissertação (Pós Graduação de Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

FREIRE, Fátima de Souza, REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. **Uma descrição sucinta do balanço social francês, português, belga e brasileiro**. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio, FREIRE, Fátima de Souza (organizadores). **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

GIFFORD, James. **A importância do guia**. Guia Novo Valor: sustentabilidade nas empresas. BM&FBovespa, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Ernesto Lima. **Tentativa de um modelo básico de balanço social**. In: GONÇALVES, Ernesto Lima (org.) **Balanço social na América Latina**. Tradução Maria Aparecida Ataliba de L. Gonçalves. Livraria Pioneira Editora. São Paulo: 1980.

GONZALEZ, Roberto Souza. **Balanço social – um disclosure necessário**. In: SEMINÁRIO MERCADO DE CAPITAIS E BALANÇO SOCIAL. 2001, São Paulo. Apostila... São Paulo: ABAMEC, 2001.

GRI - Global Reporting Initiative. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/languages/Portuguesebrazil/Pages/default.aspx>>. Acesso em 06 de jan. 2013.

____ – **Diretrizes GRI G3** 2006a. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/languages/Portuguesebrazil/Pages/default.aspx>>. Acesso em 06 de jan. 2013.

____ – **Sustainability Reporting Guidelines GRI G3.1**. 2011. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/G3.1-Guidelines-Incl-Technical-Protocol.pdf>> Acesso em: 10 de maio 2013.

____ – **Níveis de aplicação da GRI G3.1**. 2011a. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/G3.1-Guidelines-Incl-Technical-Protocol.pdf>> Acesso em: 10 de maio 2013.

GUIA Novo Valor: sustentabilidade nas empresas. BM&FBovespa, 2011.

GUIDANCE On Corporate Responsibility Indicators In Annual Reports. New York and Geneva: United Nations Conference on Trade And Development, 2008.

INSTITUTO Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/2011/07/balanco-social/>>. Acesso em: 19 de jan. 2013.

INSTITUTO ETHOS de Responsabilidade Empresarial. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/#.UPy26h2ZkYk>>. Acesso em: 19 de jan. 2013.

ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Metodologia Completa**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Pdf/Indices/ISE.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

LEITE FILHO, G.A.L.; PRATES, L.A; GUIMARÃES, T.N. Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no ano 2007. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo: FEA-RP/USP, v. 3, n. 7, p. 43-59, set-dez 2009. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1982-64862009001200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 de jan. 2013.

LIMA, Emanuel Marcos. **Análise comparativa entre o índice disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em instituições de ensino superior filantrópicas do Brasil:** uma abordagem d. 2009. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29052009-110807/>>. Acesso em: 15 de abr. 2013.

MARCOVITCH, Jacques. **Certificação e sustentabilidade ambiental: uma análise crítica.** Trabalhos de conclusão da disciplina EAD-5953 – Estratégias Empresariais e Mudanças Climáticas, oferecida pelo Departamento de Administração da FEA-USP, primeiro semestre de 2012. Disponível em: <http://www.usp.br/mudarfuturo/cms/wp-content/uploads/Certifica%C3%A7%C3%A3o-e-Sustentabilidade-Ambiental-Trabalho-Final_261012.pdf#page=63>. Acesso em: 12 de jun. 2013.

MARTIN, Daniel Granjeiro y. **A contribuição da GRI para a evidenciação de informações sociais.** Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração, Atuaria e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MARTINS, G. A.; THÉOPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2009.

MURCIA, Fernando Dal-ri; SANTOS, Ariosvaldo Dos. **Teoria do Disclosure discricionário: evidências do mercado brasileiro no período de 2006-2008.** In: ANPCONT, 4., 2012, Natal. Artigo científico. São Paulo: Anpcont, 2010. p. 1 - 16. Disponível em: <<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoIV/02/CUE004.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

NASCIMENTO, V.M.; PEREIRA, V.L.D.V.; da SILVA, S.L.; BELLEN, H.M.V. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão G3, do GRI, dos relatórios das empresas do setor bancário. *In* CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11. 2011. São Paulo. **Anais...** São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos112011/190.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

NOGUEIRA E. P.; FARIA A. C. Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da *global reporting initiative*. **Revista Universo Contábil.** Blumenau, v. 8, n. 4, p. 119-139, out./dez., 2012. Disponível em: <www.furb.br/universocontabil>. Acesso em: 03 jan. 2013.

OLEGÁRIO, D. M., ROCHA, E. A., OLIVEIRA, M. C. **Análise da Aderência Plena e da Evidenciação Efetiva dos relatórios de sustentabilidade das maiores empresas brasileiras de capital aberto ao modelo GRI-G3.** 2013.

OLIVEIRA, A. M. M. **Definição de um modelo de Indicadores Ambientais, baseados na GRI, para empresas do Sector Terciário:** O caso de estudo da

Prosegur. 2012. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Gestão Ambiental) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A história da organização**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/a-historia-da-organizacao/>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

RIBEIRO, Maisa de Sousa. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO +20. **Documentos de referência para a Rio +20**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/documentos/>>. Acesso em: 06 de jan. 2013.

ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A. Explicação para divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **Revista de Administração USP**. São Paulo, v.47, n.2, p.217-230, abr./maio/jun. 2012. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=1467>. Acesso em: 17 de mai. 2013.

SALOTTI, Bruno Meirelles; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. **Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais Brasileiro**. Rev. contab. finanç., São Paulo, v. 19, n. 48, p. 37-49 Set./dez. 2008 . Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/48/bruno-marina-pg37a49.pdf>>. Acessos em: 15 mai. 2013.

SAMPAIO, E.S.; PORTE, M.S. Disparidades entre a normatização do GRI e a prática dos relatórios de sustentabilidade. *In* CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 19. 2012. Pará. **Anais...** Belém. Disponível em: <<http://www.congressocfc.org.br/anais/fscommand/457C.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

SCHADEWITZ, H.; NISKALA, M. **Communication via Responsibility Reporting and its Effect on Firm Value in Finland**. Corporate Social Responsibility and Environmental Management. Vol. 17, n.º 2. 2010.

WILLIS, A.C.A. The Role of the Global Reporting Initiative's Sustainability Reporting Guidelines in the Social Screening of Investments. **Journal of Business Ethics**, New York: Springer, n. 43, p. 233-237, 2003.

ZIBAS, Ricardo. **A Rio +20 e os amigos do parágrafo 47**. Portal da Administração. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/cotidiano/a-rio-20-e-os-amigos-do-paragrafo-47/57439/>>. Acesso em: 06 jan. 2013.